



**CLIPPING INTERNET**  
**23/07/2020 ATÉ 23/07/2020**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE O MARANHENSE.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 SITE DIREITO DESCOMPLICADO.....	2
	2.2 SITE O PROGRESSO.....	3
3	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	4
4	COMARCAS	
	4.1 BLOG CLAUDIO MENDES.....	5
	4.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	6 7
	4.3 BLOG MAIOBÃO TV.....	8
	4.4 SITE ICURURUPU.....	9
	4.5 SITE IMIRANTE.COM.....	10
	4.6 SITE O MARANHENSE.....	11 12
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG DO NETO FERREIRA .....	13
	5.2 BLOG DO PEDRO JORGE.....	14
	5.3 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	15
6	INSTITUCIONAL	
	6.1 BLOG DANIEL MATOS.....	16
	6.2 BLOG DIEGO EMIR.....	17
	6.3 BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	18
	6.4 BLOG DO CAIO HOSTÍLIO.....	19
	6.5 BLOG DO LEITÃO.....	20
	6.6 BLOG GENIVALDO ABREU.....	21
	6.7 BLOG JOHN CUTRIM.....	22 23
	6.8 BLOG MARCO DEÇA.....	24
	6.9 BLOG MÁRCIO HENRIQUE.....	25 26
	6.10 BLOG NETO CRUZ.....	27
	6.11 BLOG PAULO ROBERTO.....	28
	6.12 BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	29
	6.13 BLOG ZECA SOARES.....	30
	6.14 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	31
	6.15 SITE JORNAL PEQUENO.....	32
	6.16 SITE O MARANHENSE.....	33
	6.17 SITE SINDJUS.....	34
7	JUIZADOS ESPECIAIS	
	7.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	35
	7.2 BLOG DO MELQUIADES GOMES.....	36
8	JUÍZES	
	8.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	37
9	SERVENIAS EXTRAJUDICIAIS	
	9.1 PORTAL PINDARÉ.....	38
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 SITE NOCA.....	39
11	VARA DA FAMÍLIA	
	11.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	40
	11.2 SITE O MARANHENSE.....	41

Comarca de Cururupu retoma coleta de material genético para exames de DNA. Publicidade Victor Farma e Auto Posto PiedadeDe acordo com o Tribunal de Justiça do Maranhão, a Comarca de Cururupu voltou a realizar a coleta de materiais genéticos para exame de DNA em processos de averiguação de paternidade que tramitam na unidade. O juiz Douglas da Guia, titular da comarca, informa que as coletas são realizadas logo após as audiências presenciais de conciliação em que não há acordo, seguindo todos os protocolos de prevenção assinalados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão ? TJMA, Corregedoria Geral da Justiça ? CGJ, e pelas autoridades de saúde do município de Cururupu.Nesta quarta-feira, 22, a servidora Sônia Lemos, que recebeu treinamento específico pelo Laboratório Forense de São Luís, para onde o material é remetido, fez a coleta de amostras para exames de DNA. Protocolos de prevenção são observados com a utilização de máscaras dos tipos "face shield" ? que cobre todo o rosto ? , e de pano para proteção da boca e nariz. Além disso, a servidora utiliza luvas, touca e jaleco esterilizado.Posto GuarÁO Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, tem certificação ISO 9001:2015, pela empresa inglesa BSI (British Standards Institution). O selo, aplicado mundialmente, atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA realizados pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.Publicidade PatrocinadoresO laboratório foi implantado em 1999, na gestão do então corregedor-geral, desembargador Jorge Rachid, e realiza exames de DNA para fins processuais, requisitados por juízes de comarcas da capital e do interior. Além dos processos de investigação de paternidade, das Varas de Família, o exame pode ser feito por determinação de juiz criminal, para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e casos de incesto, ambos seguidos de gravidez. Já em relação à Vara da Infância e Juventude, o teste de DNA é solicitado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez. A equipe técnica do laboratório é formada por analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins.RETOMADA ? O Judiciário em Cururupu retomou as atividades presenciais no último dia 3, com a realização de audiências presenciais que não podem ser efetivadas de forma virtual. As partes e seus advogados seguem protocolos de prevenção para adentrar ao ambiente forense, com descontaminação das mãos com álcool em gel 70º, aferição de temperatura e uso obrigatório de máscara. Para permanecer no Fórum Desembargador José Pires Sexto, também é obrigatório manter o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas. O atendimento aos profissionais da área jurídica acontece das 9 às 11h, nessa primeira etapa da retomada. A partir do próximo dia 3 de agosto, será ampliado das 9 às 12h.Com o objetivo de contornar a dificuldade de acesso ao fórum durante a pandemia da Covid-19, o registro de reclamações diretas do cidadão ao Juizado Especial Cível e Juizado Especial da Fazenda Pública de Cururupu são feitas por chamada de vídeo pelo aplicativo whatsapp, pelo número (98) 98519 2696.As reclamações feitas por pessoas sem assistência de advogado deverão ser agendadas previamente ? com antecedência mínima de 48 horas ? por meio de mensagem pelo whatsapp, com o envio das imagens dos documentos pessoais, comprovante de residência, nome, telefone do interessado e o endereço completo da parte contrária (requerido).Fonte: Márcio Rodrigo da Assessoria de Comunicação da Corregedoria Geral da JustiçaCompartilhe isso:

TweetWhatsAppTelegramRelacionado

## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

Por Daniel Matos • quinta-feira, 23 de julho de 2020

Othelino foi recebido pelo presidente do TJMA para reunião que selou aproximação entre Legislativo e Judiciário do Maranhão

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

23 de julho de 2020 : 17:09

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portanto, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da ALEMA, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

## **Othelino Neto destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

Publicado em 23/jul/2020  
por Caio Hostilio

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

ALEMA! PRESIDENTE OTHELINO: destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA posted by , ,No encontro com o presidente do TJMA, Lourival Serejo, Othelino Neto, acompanhado de Tarcísio Araújo, disse que a Assembleia está de portas abertas para a discussão de temas comuns aos dois poderes.O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual."Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico."Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.



## **A pedido do MP-MA, Justiça responsabiliza culpado por maus-tratos a animal em São Luís**

23/07/2020 00:00:00

Como resultado de Denúncia do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, a Justiça condenou, em 15 de abril, o responsável pela morte de uma cadela pinscher, no Bairro do Anjo da Guarda, em dezembro de 2018. O órgão ministerial somente tomou conhecimento das determinações no último dia 17 de julho.

Proferida pela titular do Juizado Especial Criminal, Andréa Lago, a sentença atende às solicitações feitas pelo promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior. A Denúncia foi baseada na Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), especificamente, no Artigo 32 (praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos).

### Penalidades

As penalidades incluem a prestação de serviços no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por uma hora diária, durante três meses e meio. Outra pena é o pagamento de R\$ 636, correspondentes a 20 dias-multa. As punições substituem a penalidade original de detenção por 115 dias, em regime aberto.

### Fatos

Em sua defesa, o responsável argumentou que, em 4 de dezembro de 2018, estava acompanhando sua mãe em uma parada de ônibus, no Bairro do Anjo da Guarda, quando o animal mordeu o calcanhar da genitora e, para defendê-la, ele chutou a cadela.

O dono do animal alegou que havia oferecido ajuda à senhora, em forma de pagamento de injeções antirrábicas e eventual tratamento. Também relatou que a cachorra era dócil, criada em casa, e, quando saía, queria somente brincar.

O responsável e sua mãe contestaram o relato e acrescentaram que foram ameaçados pelo dono da cadela, alertando-os para não passar em frente à residência deste.

### Conduta excessiva

Para a Justiça, a morte da cadela foi motivada por conduta excessiva do responsável. "Considerando que se tratava de animal de pequeno porte, que não gerava perigo de grave lesão, a atitude de chutá-lo foi desproporcional. É óbvio que o intuito do agente não foi de afastá-lo. Ele assumiu o risco de produzir o resultado fúnebre", lê-se na sentença.



## **Polícia Civil cumpre mandado de prisão preventiva por violência doméstica em São Luís**

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) e das delegacias do Bairro Parque Vitória, Especial da Mulher e das seccionais Norte e Sul, deu cumprimento, na tarde dessa terça-feira (21), a um mandado de prisão preventiva em desfavor de um homem em razão da prática de violência doméstica, em São Luís.

Segundo a Polícia Civil, o investigado estava descumprindo medidas protetivas de urgência e estava ameaçando a ex-companheira dele. Os procedimentos iniciais foram feitos pela DEM, e a prisão foi decretada pela Jjiza Lúcia Helena Barros.

A prisão foi realizada no Bairro do Filipinho e, após os procedimentos de praxe na delegacia, o preso foi encaminhado ao Sistema Penitenciário de Pedrinhas de São Luís, onde permanecerá à disposição da Justiça.

(Informações da SSP-MA)

Justiça condena responsável por morte de cadela no Anjo da Guarda Como resultado de denúncia do Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís, a Justiça condenou, em 15 de abril, o responsável pela morte de uma cadela pinscher, no bairro do Anjo da Guarda, em dezembro de 2018. O órgão ministerial somente tomou conhecimento das determinações no último dia 17 de julho. Proferida pela titular do Juizado Especial Criminal, Andréa Lago, a sentença atende às solicitações feitas pelo promotor de justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior. A Denúncia foi baseada na Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), especificamente, no artigo 32 (praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos). PENALIDADES As penalidades incluem a prestação de serviços, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), por uma hora diária, durante três meses e meio. Outra pena é o pagamento de R\$ 636, correspondentes a 20 dias-multa. As punições substituem a penalidade original de detenção por 115 dias, em regime aberto. FATOS Em sua defesa, o responsável argumentou que, em 4 de dezembro de 2018, estava acompanhando sua mãe em uma parada de ônibus, no bairro do Anjo da Guarda, quando o animal mordeu o calcanhar da genitora e, para defendê-la, ele chutou a cadela. O dono do animal alegou que havia oferecido ajuda à senhora, em forma de pagamento de injeções antirrábicas e eventual tratamento. Também relatou que a cachorra era dócil, criada em casa, e, quando saía, queria somente brincar. O responsável e sua mãe contestaram o relato e acrescentaram que foram ameaçados pelo dono da cadela, alertando-os para não passar em frente à residência deste. CONDUTA EXCESSIVA Para a Justiça, a morte da cadela foi motivada por conduta excessiva do responsável. "Considerando que se tratava de animal de pequeno porte, que não gerava perigo de grave lesão, a atitude de chutá-lo foi desproporcional. É óbvio que o intuito do agente não foi de afastá-lo. Ele assumiu o risco de produzir o resultado fúnebre", lê-se na sentença.

## **Tribunal suspende decisão que impedia cobrança de empréstimos de servidores**

23/07/2020 11:30:00

Diante das possíveis consequências da suspensão da cobrança de empréstimo consignado, como inviabilização da política monetária e potencial de causar grave lesão à ordem econômica e ao interesse coletivo, é melhor manter em dia os descontos realizados pelo Banco Bradesco nos salários dos servidores públicos que contrataram o serviço.

Com esse entendimento, a 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão deu efeito suspensivo a decisão de primeiro grau que, baseada em leis municipal e estadual, determinou a suspensão do desconto das parcelas relativas ao empréstimo consignado de servidores públicos de Açailândia por 90 dias, em decorrência da epidemia.

"Não existe prova de que os servidores públicos municipais substituídos sofreram redução de vencimentos, para que fosse justificada a suspensão dos descontos em folha de pagamento", afirmou o desembargador Jorge Figueiredo dos Anjos, ao atender ao pedido do banco.

O cenário pede cautela, de acordo com o magistrado. Isso porque há ação direta de inconstitucionalidade tramitando no Supremo Tribunal Federal contra a Lei Estadual 11.274/2020, que suspende a cobrança do consignado dos servidores públicos estaduais. Há também outra lei estadual de mesmo tema sendo contestada no STF, do Rio Grande do Norte. Em Açailândia, a prática é definida pela Lei Municipal 584/2020.

"Como medida de cautela, diante das possíveis consequências que poderão advir da suspensão dos descontos, como inviabilização da política monetária e potencial de causar grave lesão à ordem econômica e ao interesse coletivo, tenho por mais escorreito manter a cobrança dos empréstimos de acordo com o convênio celebrado entre o agravante e o Município de Açailândia", concluiu o relator.

Justiça mantém Salomão Barbosa ex-prefeito de Santa Filomena do Maranhão inelegível Mesmo após Recurso a Justiça mantém reprovação de contas do ex-prefeito Salomão que não pode ser candidato em Santa Filomena do Maranhão nas eleições de 2020. Após o Juiz da 1º Vara da Comarca de Tuntum, Raniel Barbosa Nunes, manter a Reprovação de contas do ex-prefeito de Santa Filomena, Salomão Barbosa. O ex-gestor Protocolou Recurso, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, contra decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara da Comarca de Tuntum que negou o pedido do ex-gestor, mantendo a decisão da Câmara Municipal de Santa Filomena em reprovar as contas de Salomão Barbosa relativas ao exercício de 2003, época em que era Prefeito daquele município. Neste giro, Salomão Barbosa Recorreu e os Desembargadores mantiveram a decisão do Juiz Raniel Barbosa Nunes em manter a reprovação das contas ex-gestor Salomão Barbosa. Em linguagem popular fica claro que Salomão Barbosa de Sousa não poderá concorrer ao cargo de Prefeito na cidade de Santa Filomena ? MA nas eleições de 2020, pois brevemente, após atualização de sistema, o senhor Salomão Barbosa de Sousa não conseguirá mais obter certidão negativa para registrar candidatura. Atualmente, ciente que não pode ser candidato em 2020 e após duas derrotas seguidas no Judiciário o senhor Salomão Barbosa através de seus advogados desistiram de tentar continuar "enxugando gelo" e desistiram de tentar se viabilizar candidato nas eleições de 2020, veja o pedido de desistência do ex-gestor Salomão Barbosa através de seus advogados em anexo. Com isso o grupo do atual Prefeito da cidade de Santa Filomena do Maranhão segue sem adversário.

Fórum prorroga suspensão de atendimento presencial em Humberto de Campos O juiz Aurimar Arrais publicou nova Portaria na qual prorroga a suspensão do atendimento e atividade presencial no Fórum de Humberto de Campos. No documento, o juiz detalha que a suspensão seguirá no período de 23 a 28 de julho, mantendo-se o funcionamento mediante Plantão Judicial Extraordinário. Ficam suspensos, ainda, os prazos dos processos que tramitam em meio físico no fórum da comarca. O magistrado cita a Portaria Conjunta 34/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, a qual estabeleceu os protocolos mínimos que devem ser seguidos para a retomada gradual das atividades presenciais em todo o judiciário maranhense. Ele considerou, também, a necessária preservação da saúde dos servidores, profissionais da área jurídica e jurisdicionados que diariamente transitam pelas dependências do Fórum Anízio Almeida. Ele explica que levou em consideração a redação da Portaria Conjunta citada, no ponto em que estabelece que o acesso de todos os frequentadores das unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário, inclusive dos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores, somente será permitido se precedido da aferição de temperatura, dentre outras medidas. "Considerando que os equipamentos de aferição de temperatura deverão ser adquiridos pelo diretor de unidade jurisdicional, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando autorizada a suspensão da retomada do atendimento e prática de atos presenciais dos Fóruns e prédios do Poder Judiciário do Estado do Maranhão que ainda não disponham de termômetros digitais, nos termos de artigo da Portaria Conjunta (...) Que o Tribunal de Justiça do Maranhão ainda não disponibilizou o recurso de pronto pagamento para a aquisição dos termômetros digitais para o Fórum da comarca de Humberto de Campos", conclui o juiz. PLANTÃO - O Plantão Judicial Extraordinário fixado pelo juiz obedece as Resoluções 313, 314, 318 e 322/2020, todas do Conselho Nacional de Justiça. "Para fins de atendimento remoto serão utilizados os e-mails institucionais e telefones da Secretaria Judicial: vara1\_hcam@tjma.jus.br ou fones: (98) 984943573 (WhatsApp e Telegram) (...) O Atendimento pelo Gabinete Judicial, exclusivamente para processos conclusos, continuará a ser realizado pelo sistema Telegram, sob os números (98) 98709-2077", expressa na Portaria. Por fim, Aurimar Arrais observa que os atendimentos a serem feitos por ele poderão ser agendados junto ao canal de atendimento do Gabinete Judicial, via sistema Telegram e realizados pelo sistema de videoconferências do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, mediante encaminhamento de link da sala virtual, no dia e horário agendados.

## **CAXIAS: covid-19 é pauta de reunião por videoconferência com advogados criminalistas**

A 3ª Vara Criminal de Caxias, através da juíza titular Marcela Lobo, promoveu nesta terça-feira (21), uma reunião por videoconferência com advogados da área criminal que atuam na comarca. Na pauta, as medidas adotadas pelo fórum por causa da Covid-19. De início, a videoconferência especificou as medidas que foram tomadas pela Diretoria do Fórum de Caxias, aplicáveis a todas as unidades, e aquelas regulamentadas por portaria da 3ª Vara Criminal, que cuida do atendimento a partes e advogados.

No fórum de Caxias, com a retomada dos atendimentos presenciais desde o dia 1º, será dada preferência ao agendamento de atendimentos, através de e-mail e telegram. A juíza esclareceu que, no caso de réus presos provisórios e situações de urgência se garantirá, ainda, o atendimento durante o plantão extraordinário, também mediante agendamento. Petições poderão ser encaminhadas diretamente aos e-mails da unidade judicial ou distribuição, conforme o setor de protocolo, dispensando o comparecimento presencial.

“Enquanto perdurar o risco de contaminação por Covid-19, respeitando-se as disposições do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Maranhão, o atendimento remoto será prestado nas seguintes modalidades: e-mail institucional (varacrim3\_cax@tjma.jus.br); mensagens instantâneas de texto por meio do aplicativo gratuito Telegram e videoconferência” especificou Marcela Lobo em Portaria, frisando que as respostas às solicitações de atendimento ocorrerão em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento.

**SEPARAÇÃO** – Em relação aos custodiados ficará mantida a separação entre presos que ingressam na unidade prisional e os que já estão abrigados, com isolamento de novos internos por período mínimo para aferição de sintomas do coronavírus. Não há, até a presente data, internos que estejam abrigados com sintomas ou diagnóstico de Covid-19. As diretrizes aplicadas pela UPR de Caxias seguem a orientação firmada pela SEAP para o estado do Maranhão.

Outro ponto colocado na reunião foi que a retomada das audiências regulares está agendada para o dia 10 de agosto, com pautas presenciais dos atos que envolvam a tomada de depoimento em modalidade especial e audiências de custódia e pauta de audiências por videoconferência para demais instruções criminais e audiências na execução penal. No caso de depoentes, réus e sentenciados que não disponham de equipamento para realização da videoconferência nas suas casas, terão permissão para acessar o fórum, observando os rigores do distanciamento social e aplicação de todas as regras para proteção sanitária.

Participaram da videoconferência, além da magistrada titular, a Secretária Judicial Adriana Costa, o presidente da OAB em Caxias, Agostinho Ribeiro Neto, e os advogados Felipe Lebre, Elmary Torres, Deyavilas Fraga, Madson Carvalho e Erinaldo Ferreira.



## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

23/07/2020 04:00:00

No encontro com o presidente do TJMA, Lourival Serejo, Othelino Neto, acompanhado de Tarcísio Araújo, disse que a Assembleia está de portas abertas para a discussão de temas comuns aos dois poderes

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

"Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

"Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.

## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

Publicado em 23 de julho de 2020

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alemanha, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou. Compartilhe isso: [Tweet](#) [WhatsApp](#) [Telegram](#)

## **CEJUSC retoma atividades em Paço do Lumiar**

No tags23 de julho de 2020

O retorno das atividades dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) da comarca de Paço do Lumiar/MA acontecerá em três etapas:

1. A primeira etapa compreende o período de 1º de julho a 02 de agosto de 2020, onde permanece suspensa a realização de audiências e o atendimentos na forma presencial.

1.2. A realização das audiências de conciliação e sessões de mediação, durante a primeira etapa, dar-se-á por meio de videoconferência, preferencialmente, em sistema disponível pelo TJMA, por ordem cronológica de recebimento dos requerimentos, considerando a disponibilidade de pauta da unidade.

1.3. A qualquer tempo uma das partes interessadas na realização de sessão de conciliação e mediação poderá formular requerimento de audiência de conciliação por videoconferência pelo e-mail [1cejusc-pac@tjma.jus.br](mailto:1cejusc-pac@tjma.jus.br), por meio da ferramenta virtual "Conciliar é legal", disponível na página [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), especificamente na área reservada ao Nupemec ou pelos telefones: (98) 3237 7069 / (98) 984814915.

1.4. O requerente deverá informar os dados das partes, inclusive e-mails e telefones, relato dos fatos e identificação do processo (no caso de demandas processuais).

1.5. As audiências, durante a primeira etapa, serão realizadas somente se todas as partes constantes do processo, manifestarem previamente interesse e disponibilidade de recursos tecnológicos (acesso a internet e equipamentos) para participação da audiência por videoconferência.

2. A segunda etapa, de 3 a 31 de agosto de 2020, o expediente nos centros para atendimento presencial será realizado das 14h às 17h.

3. A terceira etapa, de 1º ao dia 30 de setembro de 2020, o expediente nos centros para atendimento presencial será realizado das 14h às 18h.

Durante a segunda e terceira etapa as audiências de conciliação e mediação continuarão a ser realizadas por meio de videoconferência, devendo a secretaria dos centros notificarem novamente as partes sobre sua realização por meio de videoconferência, com informações sobre o endereço eletrônico da sala virtual, login e senha de acesso, ressaltadas que o não comparecimento injustificado acarretará a emissão da Ata de audiência especificando o não comparecimento da parte e o início ou continuidade da ação judicial.

4. O retorno da realização das audiências presenciais nos Centros de Conciliação dar-se-á a partir de 03 de agosto de 2020, das 14h as 17h.

4.1. Respeitando as normas de segurança em todos os ambientes de acesso e permanência de pessoas, assegurando o distanciamento mínimo de 1,5 metro.

CONTINUE

LENDO

EM

<https://maiobaotv.com.br/index.php/2020/07/23/cejusc-retoma-atividades-em-paco-do-lumiar/>

Othelino ressalta importância do diálogo entre os poderes O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alemanha, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou. Relacionado

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA Por Daniel Matos - quinta-feira, 23 de julho de 2020 Othelino foi recebido pelo presidente do TJMA para reunião que selou aproximação entre Legislativo e Judiciário do Maranhão O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alemanha, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.

## Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Por Márcio Henrique • quinta-feira, 23 de julho de 2020

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA. No encontro com o presidente do TJMA, Lourival Serejo, Othelino Neto, acompanhado de Tarcísio Araújo, disse que a Assembleia está de portas abertas para a discussão de temas comuns aos dois poderes.

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.



Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alemanha, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou. Comentários

## **Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA**

Publicado em julho 23, 2020 por Paulo Roberto

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da ALEMA, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

## Othelino reforça diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

23/07/2020 15:48:47

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

"Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Aema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

"Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.

## Othelino destaca diálogo entre Legislativo e o Judiciário

Por Zeca Soares  
23 de julho de 2020

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

“Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário”, afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

“Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão”, ressaltou.

Foto: Agência Assembleia

## **Divórcios no Maranhão aumentaram 79% durante a pandemia**

William Junior Send an email6 horas atrás0

O número de divórcios consensuais realizados pelos cartórios de notas do país, durante a quarentena decretada pela pandemia do novo coronavírus, entre os meses de maio e junho deste ano, aumentou. O Maranhão está entre os 24 Estados do país que apresentaram maior crescimento, com aumento de 79% no número de divórcios neste período.

No Brasil, o aumento foi de 18,7%. O aumento coincide com a autorização nacional para que divórcios, inventários, partilhas, compra e venda, doação e procurações possam ser feitos de forma remota, por videoconferência por meio da plataforma e-Notariado.

Desde maio, o Provimento nº 100, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça, disciplinou a realização de atos à distância pelos cartórios de notas de todo o país. Desta forma, atos de divórcios consensuais e que não envolvam menores passaram a ser resolvidos de forma mais prática e rápida, sem a necessidade de deslocamentos ou encontros entre as partes, ao mesmo tempo ou em momentos distintos, utilizando inclusive o aparelho celular.

### **Números**

Em números absolutos, os divórcios consensuais passaram de 4.471 em maio para 5.306 em junho de 2020. Houve crescimento em 24 estados brasileiros, especialmente no Amazonas (133%), Piauí (122%), Pernambuco (80%), Maranhão (79%), Acre (71%) Rio de Janeiro (55%) e Bahia (50%). Segundo o levantamento, apenas três unidades federativas não viram crescimento neste período: Amapá, Mato Grosso e Rondônia.

“Muitos atos notariais, não só os divórcios, mas também as escrituras de compra e venda de imóveis, estavam represados em razão da pandemia e do isolamento social, e a autorização para a prática de atos online destravou esta barreira, fazendo com o que o fluxo dos negócios jurídicos e da formalização da vontade das partes pudesse voltar a ser feito, agora também de forma online, mas com a mesma segurança que o ato praticado presencialmente em cartório”, explica a presidente do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal, Giselle Oliveira de Barros.

Na comparação com o mês de junho de 2019, também houve uma leve alta em nível nacional, 1,9%. Ao todo, 15 unidades da Federação registraram crescimento: Amazonas (30%), Distrito Federal (8,5%), Espírito Santo (18,4%), Goiás (33,8%), Minas Gerais (13,5%), Mato Grosso do Sul (36,1%), Mato Grosso (14,9%), Paraná (21,8%), Rondônia (31,2%), Roraima (100%), Rio Grande do Sul (7,8%), Santa Catarina (28,3%), Sergipe (40,9%), Tocantins (5,3%) e São Paulo (1,9%).

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, por causa das restrições ou redução de horário de funcionamento online e presencial e da diminuição das equipes de atendimento no início da pandemia, nos meses de março e abril, o número de atos em cartórios caiu drasticamente.

## Regras

Para realizar o divórcio em Cartório de Notas, o casal deve estar em comum acordo com a decisão e não ter pendências judiciais com filhos menores ou incapazes. O mesmo processo pode ser realizado online a partir da plataforma e-Notariado, onde o casal, em posse de um certificado digital emitido de forma gratuita no Cartório de Notas, poderá declarar expressar sua vontade em uma videoconferência conduzida pelo tabelião. Desde o dia 13 de julho, os serviços desta plataforma também estão disponíveis em aparelhos celulares.

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA  
23/07/2020 12h23 Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA Elias Auê - Agência Assembleia No encontro com o presidente do TJMA, Lourival Serejo, Othelino Neto, acompanhado de Tarcísio Araújo, disse que a Assembleia está de portas abertas para a discussão de temas comuns aos dois poderes. O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.

## **Suspensa decisão que obrigava São Luís a recompensar setor de transporte**

O Judiciário não pode converter-se em administrador positivo e determinar uma série de medidas, especialmente nas circunstâncias atuais, sob pena de lesão à ordem público-administrativa. Com esse entendimento, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, suspendeu nesta quarta-feira (22/7) uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão que obrigava a prefeitura de São Luís a repassar cerca de R\$ 277 mil diariamente para as empresas de transporte público do município.

O repasse seria uma forma de compensar as empresas pelas medidas tomadas pela prefeitura para conter a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), as quais reduziram drasticamente o movimento de passageiros.

Segundo o ministro, a liminar do tribunal maranhense causou lesão à ordem pública, já que, de maneira geral e abstrata, estipulou a garantia de uma "ajuda emergencial" a ser paga pelo poder público às empresas concessionárias do serviço de transporte público.

O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Luís entrou com ação para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, citando como justificativa a queda expressiva no número de passageiros em virtude da pandemia.

A liminar do TJ-MA determinou ao município uma série de medidas para auxiliar as empresas, incluindo — a título de subsídio emergencial — o repasse diário de R\$ 277 mil em favor do sindicato, sob pena de multa.

Além disso, a prefeitura teria que depositar os valores referentes ao déficit acumulado em 44 dias de quarentena que antecederam o lockdown decretado no município.

No pedido de suspensão, o município alegou que a transferência de recursos imposta pelo TJ-MA causou grave lesão à ordem pública e à economia municipal, impedindo que a prefeitura pudesse administrar os recursos orçamentários.

O presidente do STJ destacou que não cabe ao Judiciário assumir o papel de gestor nesse tipo de situação.

João Otávio de Noronha considerou que não é razoável a Justiça determinar que o município disponibilize altos valores em um prazo de apenas cinco dias, "sobretudo quando sabe que a crise sanitária decorrente do coronavírus atinge, indiscriminadamente, todas as áreas e atividades municipais".

O ministro lembrou que as empresas concessionárias interessadas podem discutir judicialmente o reequilíbrio econômico-financeiro dos seus contratos, mas essas questões devem ser examinadas de forma individualizada, pois demandam análise pormenorizada dos fatos. Com informações da assessoria de imprensa do Superior Tribunal de Justiça.





Mulheres negras do Judiciário contam trajetórias de vida e luta contra as desigualdades Em enaltecimento à Mulher Negra e à sua importância como construtora da história de um país especialmente miscigenado? composto por brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)?, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê Estadual de Diversidade e da Assessoria de Comunicação do TJMA, traz histórias e experiências diversas sobre a vida e atuação de mulheres negras na Justiça maranhense, em alusão ao Dia da Mulher Negra (25 de julho). O Comitê Estadual de Diversidade foi instituído pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, e é coordenado pelo juiz Marco Adriano, com o objetivo de assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência. Adriana Sá Pinheiro Adriana Pinheiro atua como auxiliar de Serviços Gerais na Comarca de Pinheiro. Ela conta que sua trajetória de vida, em uma sociedade ainda preconceituosa, é bem difícil e cheia de desigualdades, principalmente quando se refere à cor de sua pele. "Quando se faz diferença na cor da pele, geralmente, a capacidade é deixada de lado. Quando se é negro basta olhar no olhar das pessoas que já se vê o preconceito em qualquer profissão", revela. Apesar de todas as dificuldades já enfrentadas, Adriana Pinheiro confessa que tem muito orgulho de passar por todos os obstáculos que a vida e a sociedade oferecem à mulher negra. "Os desafios, com certeza, foram muitos, mas com muita força, fé e persistência foram vencidos", disse. Sobre seu dia a dia na Comarca de Pinheiro, Adriana Pinheiro afirma que é um desafio ainda ter que enfrentar preconceitos. "Já vivi situações de preconceito sim, na escola, no trabalho. É lamentável ainda vivermos num meio de preconceito racial e onde predominam as desigualdade sociais", desabafa a colaboradora, deixando um conselho às mulheres negras para "nunca desistirem de lutar pelos seus objetivos e dizerem não a todo e qualquer tipo de preconceito". Maura Vieira Amante da leitura? Maura Vieira, chamada carinhosamente por "Maurinha" por seus colegas de trabalho? lê em média cinco livros por mês, e tem como obra preferida "O perfume da Folha de Chá", de Dinah Jefferies. Auxiliar de Serviços Gerais, presta um serviço primoroso na Assessoria de Comunicação do TJMA. Como exemplo de mulher negra, nunca desistiu de lutar por seus sonhos e projetos de vida. "Sinto-me vitoriosa. Minha vida não foi nada fácil, sempre tive que trabalhar para conseguir as coisas, passei por várias situações difíceis, mas nunca desisti!", afirma. Sobre as conquistas na profissão e o enfrentamento de discriminação racial, Maura Vieira fala que tem um sentimento de gratidão a Deus, por tê-la permitido chegar até onde chegou. "Os desafios foram muitos, passei por inúmeras situações de preconceito em certos serviços, mas isso só me fez mais forte. Nunca desisti dos meus objetivos e quero mais conquistas ainda!", diz, com entusiasmo. Maura Vieira ressalta que, apesar da discriminação existente na sociedade, ela sempre tenta ver a vida com alegria, amor, esperança e dedicação. "Amo o meu serviço, gosto de trabalhar, gosto de estar na ativa e o Poder Judiciário me deu essa oportunidade", frisa. "Maurinha" revela que é preciso dedicação, amor e coragem, principalmente, quando se vem de uma família pobre e tem que sair para conquistar seus objetivos. "Digo para cada mulher que lute pelos seus sonhos, que nunca desista de suas conquistas, seja sempre você mesma, tenha humildade para seguir em frente, pois você é capaz de conquistar o mundo, só basta querer", aconselha, concluindo que "independente de cor, classe, que todas as mulheres sejam respeitadas e reconhecidas por suas próprias conquistas e lutas. Todas nós, mulheres, lindas, negras, pardas, brancas, somos todas iguais perante a Deus". Aliciane (Alice) Sousa Aliciane Sousa, conhecida como Alice, é colaboradora na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam). Teve uma trajetória de vida, onde enfrentou diversas barreiras no caminho que a impediam de progredir, principalmente, profissionalmente, por ser mulher negra. "Mesmo com o patriarcado e o racismo predominante e ainda enraizado na sociedade, contribuíram muito para que barreiras fossem formadas diante da minha persistência de poder trabalhar e contribuir no sustento da minha família, já que o mercado sempre teve uma imagem do feminismo associado às mulheres brancas, de olhos claros, e cabelo lisos", afirma. Para Alice, ser negra em uma sociedade que ainda enfrenta as desigualdades consequentes do racismo a fez ter que lutar contra sentimentos de diminuição e incapacidade e enfrentar os desafios. "Muitas vezes, eu senti inúmeros sentimentos associados a minha cor de pele, por ser negra, eu me sentia incapaz, tive frustrações, sentimentos de derrota, enfrentei muitas dificuldades para arrumar um emprego, pois era nítido que o meu perfil não interessava ao mercado de trabalho. Só que pude perceber que o erro não estava em mim e, sim, na sociedade que até hoje escolhe perfis, age burocraticamente com um racismo institucional, que chega a deixar cicatrizes", disse. Como funcionária da

Esmam, Alice Sousa ressalta que sempre faz o melhor para contribuir com o seu trabalho, "mas, sempre haverá em um local de trabalho, olhares preconceituosos, no entanto, sou uma mulher firme e forte, que sei o meu valor e nunca deixo esses olhares me abaterem. Agora, me acho privilegiada, pois tenho vários colegas de trabalho que são maravilhosos, que me respeitam e que fazem eu me sentir bem", conta. Alice Sousa finaliza, deixando uma mensagem de perseverança e força às mulheres negras: "seja forte, por você e pelas pessoas que dependem de você. Seja honesta com você mesma, a culpa nunca foi nossa, a nossa cor de pele não nos faz pior do que ninguém; os racistas têm que entender que somos todos iguais, devemos enfrentar e lutar por nossos direitos e, principalmente, denunciar o racismo e vencer todo preconceito que ainda existe na sociedade".

Joselita de Oliveira Silva  
Joselita Silva é funcionária na Comarca de Codó. Em breves palavras, ela afirma se sentir realizada pessoalmente e profissionalmente. "Diversos desafios enfrentei, tais como ser mãe muito cedo e ter estudado somente até a terceira série". Ela comenta que nunca se sentiu discriminada por ser mulher negra e sempre buscou enfrentar a rotina com muito trabalho e disposição. "O conselho que dou é lutar e nunca desistir, pois uma hora as coisas darão certo", finaliza.

Fonte: TJMA  
The post Mulheres negras do Judiciário contam trajetórias de vida e luta contra as desigualdades appeared first on Portal CNJ.  
Fonte CNJ

## Comarca de Cururupu retoma coleta de material genético para exames de DNA

A Comarca de Cururupu voltou a realizar a coleta de materiais genéticos para exame de DNA em processos de averiguação de paternidade que tramitam na unidade. O juiz Douglas da Guia, titular da comarca, informa que as coletas são realizadas logo após as audiências presenciais de conciliação em que não há acordo, seguindo todos os protocolos de prevenção assinalados pelo Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA, Corregedoria Geral da Justiça - CGJ, e pelas autoridades de saúde do município de Cururupu.

Nesta quarta-feira, 22, a servidora Sônia Lemos, que recebeu treinamento específico pelo Laboratório Forense de São Luís, para onde o material é remetido, fez a coleta de amostras para exames de DNA. Protocolos de prevenção são observados com a utilização de máscaras dos tipos "face shield" - que cobre todo o rosto - , e de pano para proteção da boca e nariz. Além disso, a servidora utiliza luvas, touca e jaleco esterilizado.

O Laboratório de Biologia Molecular do Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, tem certificação ISO 9001:2015, pela empresa inglesa BSI (British Standards Institution). O selo, aplicado mundialmente, atesta a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA realizados pelo laboratório, único do Brasil na modalidade forense a adequar-se às normas internacionais de gestão da qualidade.

O laboratório foi implantado em 1999, na gestão do então corregedor-geral, desembargador Jorge Rachid, e realiza exames de DNA para fins processuais, requisitados por juízes de comarcas da capital e do interior. Além dos processos de investigação de paternidade, das Varas de Família, o exame pode ser feito por determinação de juiz criminal, para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e casos de incesto, ambos seguidos de gravidez. Já em relação à Vara da Infância e Juventude, o teste de DNA é solicitado, por exemplo, em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez. A equipe técnica do laboratório é formada por analistas especialistas em Biologia Molecular e mestres em áreas afins.

CONTINUE

LENDO

EM

<https://icururupu.com.br/comarca-de-cururupu-retoma-coleta-de-material-genetico-para-exames-de-dna/>

## **Empresa deve indenizar cliente que sofreu cobrança de conta prescrita**

No pedido feito junto à Justiça, a mulher alega que foi chamada de "velhaca" e "enrolada" pelo representante da empresa.

DIVULGAÇÃO/CGJ-MA

23/07/2020 às 15h40

SÃO MATEUS DO MARANHÃO - Uma empresa foi condenada a indenizar uma cliente que sofreu a cobrança de uma conta já prescrita e quitada. O caso aconteceu na cidade de São Mateus do Maranhão.

A cliente procurou a Justiça relatando que foi surpreendida em sua residência ao receber a visita de um representante do Armazém Paraíba, entregando-lhe documento de cobrança relativa a compra de um colchão, compra esta já devidamente quitada.

No pedido feito junto à Justiça, a mulher alega que foi chamada de "velhaca" e "enrolada" pelo representante da empresa. Devidamente citado, o Armazém Paraíba apresentou contestação, na qual afirma que a sua cobrança foi legítima e em decorrência não do contrato informado pela autora, mas de dívida por ela assumida e parcelada de compra realizada por seu filho. Ademais, informa que seus agentes agiram de acordo com postura coerente e sem excessos.

“Em análise profunda do processo, verifica-se que, quando devidamente citada, a parte ré apresentou contestação, porém os argumentos de fato apresentados pelo requerido não foram capazes de justificar a legalidade da cobrança em nome da autora, uma vez que não comprovou que esta continuasse inadimplente com o contrato de compra e venda. O documento apresentado pelo representante da loja indica como código o n.º 197\*\*\*, exatamente os mesmos que tratam de parcelas do que ainda seria devido”, relata a sentença, frisando que a autora juntou ao processo comprovantes de quitação das parcelas.

### Prescrição

Segue a Justiça explicando que, conforme o processo, a última parcela da referida compra tem data de vencimento indicada como 10/01/2003, tendo sido a cobrança realizada em 20/03/2010, o que demonstraria pretensão a prescrição, conforme o Código Civil. “A autora não conseguiu comprovar o fato de que a cobrança que lhe foi realizada foi feita com truculência, o que não afasta a ilegalidade da cobrança”, observa a sentença.

Entende que caberia ao réu, vez que alega a existência do débito, apresentar provas da veracidade e validade do mesmo, e não o fez. Por fim, o Judiciário decide julgar parcialmente procedentes os pedidos da parte autora, condenado o Armazém Paraíba ao pagamento do valor de R\$ 2 mil referentes aos danos morais.

## **Divórcios crescem 18,7% no Brasil e aumento é de 79% no Maranhão**

Aumento das separações coincide com a autorização nacional para que os divórcios, inventários e partilhas possam ser feitos de forma remota

SÃO LUÍS - Após quatro meses completos de quarentena, o Brasil viu crescer em 18,7% o número de divórcios consensuais realizados pelos Cartórios de Notas entre os meses de maio e junho deste ano. No Maranhão o aumento foi de 79%. O estado é o quarto maior em crescimento. O aumento das dissoluções de matrimônios coincide com a autorização nacional para que os atos notariais de escrituras - divórcios, inventários, partilhas, compra e venda, doação - e procurações possam ser feitos de forma remota, por videoconferência por meio da plataforma única e-Notariado (<http://www.e-notariado.org.br>) .

Publicado em 26 de maio deste ano, mas com entrada efetiva em funcionamento no mês de junho, o Provimento nº 100, editado pela Corregedoria Nacional de Justiça, disciplinou a realização de atos à distância pelos Cartórios de Notas de todo o país. Desta forma, atos de divórcios consensuais e que não envolvam menores, passaram a ser resolvidos de forma mais prática e rápida, sem a necessidade de deslocamentos ou encontros entre as partes, que podem praticar o ato em ambientes separados, ao mesmo tempo ou em momentos distintos, utilizando inclusive o aparelho celular.

Em números absolutos, os divórcios consensuais passaram de 4.471 no mês de maio para 5.306 em junho deste ano, com crescimento registrado em 24 Estados brasileiros, com destaque para o Amazonas (133%), Piauí (122%), Pernambuco (80%), Maranhão (79%), Acre (71%) Rio de Janeiro (55%) e Bahia (50%). Apenas três unidades federativas não viram crescimento neste período: Amapá, Mato Grosso e Rondônia.

### Online

“Muitos atos notariais, não só os divórcios, mas também as escrituras de compra e venda de imóveis, estavam represados em razão da pandemia e do isolamento social, e a autorização para a prática de atos online destravou esta barreira, fazendo com o que o fluxo dos negócios jurídicos e da formalização da vontade das partes pudesse voltar a ser feito, agora também de forma online, mas com a mesma segurança que o ato praticado presencialmente em Cartório”, explica a presidente do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), Giselle Oliveira de Barros.

Na comparação com o mês de junho de 2019, também se verificou uma leve alta em nível nacional, 1,9%. Ao todo, 15 Estados brasileiros registraram crescimento: Amazonas (30%), Distrito Federal (8,5%), Espírito Santo (18,4%), Goiás (33,8%), Minas Gerais (13,5%), Mato Grosso do Sul (36,1%), Mato Grosso (14,9%), Paraná (21,8%), Rondônia (31,2%), Roraima (100%), Rio Grande do Sul (7,8%), Santa Catarina (28,3%), Sergipe (40,9%), Tocantins (5,3%) e São Paulo (1,9%).

Importante destacar que logo no início da pandemia, o número de atos praticados em Cartórios caiu drasticamente nos meses de março e abril em razão de restrições ou redução de horário de funcionamento online e presencial, além da diminuição das equipes de atendimento. Em maio iniciou-se a efetiva retomada nos atendimentos, que se consolidou em junho, coincidindo com a retomada das atividades em muitas cidades.

Para realizar o divórcio em Cartório de Notas o casal deve estar em comum acordo com a decisão e não ter pendências judiciais com filhos menores ou incapazes. O mesmo processo pode ser realizado online a partir da plataforma e-Notariado, onde o casal, em posse de um certificado digital emitido de forma gratuita no Cartório de Notas, poderá declarar expressar sua vontade em uma videoconferência conduzida pelo tabelião. Desde o dia 13 de julho, os serviços desta plataforma também estão disponíveis em aparelhos celulares.

## Sobre o CNB - Colégio Notarial do Brasil

O Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF) é a entidade de classe que representa institucionalmente os tabeliães de notas brasileiros e reúne as 24 Seccionais dos Estados. O CNB/CF é filiado à União Internacional do Notariado (UINL), entidade não governamental que reúne 88 países e representa o notariado mundial existente em mais de 100 nações, correspondentes a 2/3 da população global e 60% do PIB mundial.

## Justiça restabelece relação virtual entre pai e filho

Processo é oriundo de Imperatriz; 1ª Vara da Família detectou indícios de alienação parental

A 1ª Vara da Família de Imperatriz determinou a imediata retomada da relação virtual entre pai e filho, situação essa que estaria sendo dificultada pela mãe do menino. O pai da criança reside fora do Brasil e, de acordo com o pedido junto à Justiça, a mãe do menino teria bloqueado o contato do pai no celular do menino, para que os dois não conversassem, impedindo a realização de chamadas de áudio e vídeo. A decisão, em caráter de urgência, foi assinada pela juíza titular Ana Beatriz Jorge Maia.

Relata a ação que o homem acusava a mãe da criança de descumprir determinação judicial de convivência familiar, e estava dificultando o contato 'paterno-filial'. De acordo com o autor da ação, o menino começou a apresentar diversas desculpas, como o fato de estar ocupado com os estudos e não ter tempo para atender as chamadas. Ele relata, ainda, que isso nunca havia acontecido e comprovou a situação através de áudios. A decisão observa que a atitude da mãe configura indícios de alienação parental, que será abordada em outra ação.

Na decisão judicial, Ana Beatriz Jorge enfatizou a importância de promover o desenvolvimento saudável e integral do filho em comum. A magistrada entendeu que o distanciamento familiar poderia resultar em consequências imprevisíveis e prejuízos incalculáveis às partes e ao menino. Em caso de eventual descumprimento da decisão, o Judiciário estabeleceu à mãe uma multa de R\$ 10 mil reais.

### Pandemia

Outro ponto levado em consideração na decisão foi o fato de que a pandemia do Coronavírus trouxe mudanças ao calendário escolar e, por isso, as férias estão com data suspensa ou modificada, o que impossibilita que a criança viaje ao encontro do pai, direito já consolidado em sentença anterior. Frente a isso, a juíza deliberou que o homem tenha livre acesso presencial ao filho quando estiver no Brasil, em qualquer período do ano, desde que não traga qualquer prejuízo à rotina da criança. Para tal, ele deverá notificar a mãe da criança com 48 horas de antecedência.

A decisão esclarece que, na impossibilidade de realização de chamada de áudio ou vídeo por aparelho telefônico, a mãe da criança deverá disponibilizar meio de comunicação semelhante, a exemplo de 'Google Meet', 'Skype' ou 'Zoom'. A magistrada determinou, ainda, que durante o contato virtual não deve haver nenhuma interferência da genitora ou de terceiros para que se possa estabelecer uma completa e efetiva relação entre pai e filho.

### Casos semelhantes

A exemplo do Judiciário em Imperatriz, casos semelhantes já ocorreram em tribunais de outros estados. No Paraná, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná divulgou uma decisão judicial em torno de uma ação que discutia a guarda de um filho, em que a mãe do menino pleiteou a interrupção do convívio presencial entre ele e o pai devido à pandemia da Covid-19 no Paraná e a Justiça garantiu a comunicação entre os dois virtualmente.



Já em São Paulo, a Justiça concedeu a um homem que reside nos Estados Unidos o direito de contato virtual, ao menos duas vezes por semana, com o filho que vive no Brasil. Com apenas três anos de idade, o menino não é capaz de manusear equipamentos eletrônicos, o que torna essa uma incumbência da mãe. De acordo com a decisão, o contato entre pai e filho já ocorria por meio virtual, mas não era satisfatório por causa de divergências entre as partes.

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23). O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual. "Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alemanha, advogado Tarcísio Araújo. O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico. "Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou. O conteúdo deste blog é livre e seus editores não têm ressalvas na reprodução do conteúdo em outros canais, desde que dados os devidos créditos.

Polícia Civil cumpre mandado de prisão em desfavor de acusado de furto em Caxias  
PolíciaA Polícia Civil cumpriu um mandado de prisão definitiva, na tarde desta quinta-feira (23), em desfavor de Rogério Marcos Miranda, vulgo "Lero-lero", de 44 anos, acusado de furtar no ano passado um aparelho celular em uma residência da Rua Bom Pastor, no Centro.O mandado de prisão foi expedido pela 3ª Vara Criminal. Lero-lero foi preso na Rua da Liberdade, no Centro. "Ele responde a outros processos também por furto", observa o delegado regional da Polícia Civil, Alcides Martins.Após cumprimento do mandado, o preso foi encaminhado para custódia na Unidade Prisional local.

## **Produtividade da Justiça de 1º Grau ultrapassa 4,2 milhões de atos na pandemia**

**23/07/2020 13:00:00**

Nos últimos quatro meses, desde que teve início o período de pandemia da Covid-19 e foi instituído o regime de plantão extraordinário no Poder Judiciário do Maranhão, juízes e servidores que atuam na Justiça de 1º Grau, composta por varas e juizados, já realizaram 4.240.128 movimentações processuais. O resultado comprova a eficiência da Justiça maranhense, que rapidamente se adequou à nova realidade para garantir a continuidade dos serviços judiciais à população.

Os dados são extraídos semanalmente pela Assessoria de Informática da Corregedoria Geral da Justiça nos sistemas de tramitação processual do Judiciário. Além do período exclusivamente de trabalho remoto, que perdurou de 23 de março até o mês de junho, também foi considerado o atual período híbrido, a partir de 1º de julho, caracterizado pela mescla entre a manutenção dos serviços a distância e o retorno gradativo às atividades presenciais.

Dos mais de 4,2 milhões de atos já realizados, a magistratura maranhense foi responsável por 104,6 mil julgamentos, que são atos que põem termo final ao processo com uma sentença; 99,8 mil decisões, que são proferidas sobre alguma questão pontual, a exemplo de deliberar sobre uma petição, mas que não encerram o processo; e 253 mil despachos, exarados com a finalidade de deliberar sobre o cumprimento de ordens e garantir a movimentação processual.

Por sua vez, nas secretarias judiciais, os servidores foram responsáveis por 3.782.614 de movimentações. São atos como recebimento de petições eletrônicas, remessa de recursos ao segundo grau, expedição de documentos, cumprimento de mandados urgentes, emissão de certidões, juntada de documentos, realização de citações e intimações.

Considerando o cenário, os dados são positivos e a eles se somam, ainda, as dezenas de milhares de atividades de rotina realizadas por servidores e magistrados que não são contabilizados, a exemplo dos atendimentos remotos via e-mail, telefone e aplicativos de mensagem. Foram centenas as unidades que se adaptaram para manter oferecer o atendimento a distância a partes e advogados, serviço que continua sendo prestado durante o formato híbrido de funcionamento.

Retomada - O atendimento presencial segue um processo de retomada gradual, devendo o usuário ficar atento para os critérios definidos em cada comarca, em razão do quadro sanitário de cada município. Além da possibilidade do atendimento presencial, o acesso aos serviços, conforme autorizado pelas portarias conjuntas editadas pelo Tribunal de Justiça e Corregedoria da Justiça, pode ser feito por e-mail, telefone e aplicativos de mensagens.

No geral, o atendimento à população será feito até o final de julho respeitando o limite das 12h; em agosto, o funcionamento será estendido para 13h; e, em setembro, o horário limite para o atendimento presencial será 14h.

As medidas de segurança sanitária, visando garantir a integridade do quadro de pessoal da Justiça, dos operadores do Direito e da sociedade, vão perdurar até que os riscos de contaminação pela Covid-19 sejam eliminados. Essas medidas incluem, dentre outras, o uso de máscaras, aferição de temperatura, higienização das mãos com álcool 70%, distanciamento e uso de tecnologias para atendimento remoto.

POSTLINK%%

## **DOM PEDRO | Fórum realiza 23 audiências por videoconferência na Comarca**

Em tempos de pandemia e de virtualização processual, as comarcas estão se adaptando e fazendo com que a prestação jurisdicional não pare, mesmo frente as adversidades. Nessa vertente, o Fórum da Comarca de Dom Pedro tem conseguido realizar toda a pauta de audiências que estava suspensa em decorrência do Plantão Extraordinário instalado em todo o Judiciário pela crise sanitária envolvendo o Novo Coronavírus (Covid-19). As audiências estão sendo presididas pela juíza titular Arianna Saraiva.

Com o retorno gradual das atividades presenciais nos fóruns e a possibilidade de realização de audiências pelo sistema de Videoconferências, o Judiciário em Dom Pedro deu continuidade à designação dos atos que já tinham data marcada, mas que tiveram de ser cancelados pela impossibilidade de presença física de partes e advogados nos prédios do Poder Judiciário. Apesar das dificuldades enfrentadas com oscilações de conexão de internet e instabilidade do link do Tribunal de Justiça na Comarca ocorrida no dia, todas as 23 (vinte e três) audiências foram devidamente realizadas.

"Os processos na referida pauta são eletrônicos e tramitam no Sistema PJe, das mais diversas classes processuais (Procedimento Comum Cível, Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, Família, Previdenciário e Registros Públicos), dentre audiências Unas (Conciliação, Instrução e Julgamento), Justificação, Mediação, Conciliação e, por fim, Instrução e Julgamento", destaca a magistrada, enfatizando que nesta quarta (22) estão sendo realizadas mais 23 audiências por videoconferência.

Ela ressalta a importância da adesão aos procedimentos por parte de advogados, partes em processos, testemunhas que delas participaram e pelo membro do Ministério Público que atua na Comarca, o promotor de Justiça Denys Lima Rêgo. Participaram das videoconferências desta terça-feira, prepostos e advogados de São Luís, Maceió, Fortaleza, Bacabal, Pedreiras, Tuntum, Presidente Dutra, Governador Eugênio Barros, Santo Antônio dos Lopes, São Paulo, bem como partes que se encontram nos povoados de Centro do Primo e Estevinhos, pertencentes a de Dom Pedro.

**CUMPRIMENTO ÀS PORTARIAS** - Conforme a juíza titular Arianna Saraiva, "nessa dinâmica, em cumprimento às Portarias Conjuntas 342020 e 362020 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Corregedoria Geral da Justiça, o fórum encontra-se em pleno funcionamento, das 08h às 18h, conforme horários de atendimento estipulados e, depois, apenas expediente interno, com exceção para a realização das audiências já designadas, a fim de que não cause prejuízo às partes e ofensa à razoável duração do processo".

Arianna Saraiva ressalta que todas as medidas sanitárias de prevenção foram adotadas pela diretoria do fórum dompedrense, como a aferição de temperatura por termômetro infravermelho, uso obrigatório de máscaras e higienização de calçados e mãos, distanciamento social mínimo de 1,5m (um metro e meio), bem como o sistema de rodízio entre os servidores da Comarca (efetivos e cedidos das Prefeituras de Dom Pedro e Gonçalves Dias).

## ICATU | Justiça determina que Município conceda moradia a família em situação de vulnerabilidade

23/07/2020 15:03:00

Uma sentença proferida pelo juiz Celso Serafim Júnior, titular da Comarca de Icatu, determina que o Município de Icatu providencie moradia ou, de modo a auxiliar, conceda aluguel social a uma mulher em situação de extrema vulnerabilidade, até que ela seja inserida e contemplada em programa habitacional, ou progrida em sua trajetória de vida até que saia da situação em que se encontra. A ação, de autoria de Defensoria Pública do Estado, narra que a mulher, mãe de cinco filhos, reside no município faz dez anos. A sentença confirma liminar concedida anteriormente.

A ação destaca que a requerente residia junto com seus familiares, no Povoado Cachoeirinha, em imóvel de taipa cedido gratuitamente. Contudo, após alguns anos, seus genitores e demais familiares mudaram-se para o Conjunto Baiacui, ocasião em que a requerente começou a conviver em união estável com um homem, durante seis anos, em imóvel também cedido gratuitamente, no Povoado Cacaueiro, mas após o término do relacionamento, teve que buscar outro local para residir com seus filhos.

Ela teria sido informada que no Povoado Bom Que Dói, haviam imóveis do programa social "Minha Casa Minha Vida" em visível estado de abandono. Diante da informação e após constatar a veracidade dos fatos, em outubro de 2014, resolveu se mudar para uma dessas casas abandonadas, acreditando ainda serem do Município, ocasião em que ingressou no imóvel, o qual estava rodeado por matagal, com muita sujeira em seu interior.

Segue narrando a ação que, depois de ingressar no bem e efetuar a ligação de energia elétrica, a mulher passou a cuidar constantemente do imóvel. Contudo, foi surpreendida com o aparecimento de um homem identificado como Jorge, intitulado-se como proprietário do bem, que exigiu a sua saída imediata do imóvel, tendo inclusive solicitado auxílio de força policial.

"Entretanto, devido ao estado de estar com uma criança recém nascida, a situação vulnerável da requerente e o apoio de vizinhos, a polícia se negou a retirar a mulher. Após ter enfrentado toda esta situação violenta e desgastante, a requerente foi surpreendida com a citação em uma ação criminal. Houve audiência em outubro de 2017 e a mulher teria que deixar o imóvel no prazo de 3 meses.

**AÇÃO NA JUSTIÇA** - Contudo, ciente da temporariedade de sua permanência no imóvel, aliada a falta de condições financeiras para adquirir ou alugar outro bem e poder nele passar a residir com seus cinco filhos, a mulher propôs a presente demanda para que o Município de Icatu forneça, temporariamente ou definitivamente, uma residência para a requerente e seus filhos, além de incluí-la em programa social para concessão de casa própria ou, subsidiariamente, conceda aluguel social no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) até que seja suprida a sua necessidade.

"Do contexto desse processo, se depreende a trajetória humana e sua necessidade de firmar em um local que lhe forneça abrigo, condição elementar para o desenvolvimento de suas potencialidades (...) Nesse aspecto o direito à moradia consiste em viver com segurança, paz e dignidade em determinado lugar, no qual o indivíduo e sua família possam se instalar de modo adequado e com custo razoável, abrangendo privacidade, espaço, segurança, iluminação, ventilação, acesso à infraestrutura básica e localização", argumenta o magistrado na sentença.

Para o juiz, somente o desespero, e sentimento de preservação próprio e de seus filhos pode levar alguém a invadir um local para procurar um teto por habitação. Ele entende que este ato da mulher, por si só, demonstra a sua total vulnerabilidade e fundamentou a sentença citando entre outros, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal.

E finaliza: "Não é o silêncio do Município nos autos processuais que retira ou torna ineficaz a pretensão da autora, mesmo porque as normas e princípios de direitos humanos tem eficácia imediata, sendo certo que, se abstrairmos as normas e princípios internacionais, só para ficarmos no nosso direito pátrio, a Constituição Brasileira já tem mais de 30 (trinta) anos sem que se tenha dado concretude as referidas normas programáticas de promoção de moradia".

POSTLINK%%



## Othelino destaca importância do diálogo entre o Legislativo e o Judiciário em visita ao presidente do TJMA

23/07/2020 19:07:00

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário, em visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, nesta quinta-feira (23).

O chefe do Parlamento Estadual pontuou, ainda, que a relação de harmonia e independência entre os poderes é um exemplo para o Brasil. Othelino frisou que o Maranhão dá uma demonstração para o país de reverência ao Estado Democrático de Direito, quando os poderes dialogam e estabelecem essa relação harmoniosa, tal qual determina a Constituição Federal, replicada pela Carta Magna estadual.

"Portando, vim reafirmar ao desembargador Lourival que a Assembleia está de portas abertas para discutirmos os temas em comum aos poderes e de interesse da sociedade maranhense, assim como para receber e apreciar projetos de lei que visem à melhoria, cada vez mais, do funcionamento do Judiciário", afirmou Othelino, durante o encontro do qual também participou o procurador-geral da Alema, advogado Tarcísio Araújo.

O desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população, um do ponto de vista político e, o outro, no aspecto jurídico.

"Essa disposição do presidente Othelino em fazer essa visita é uma demonstração pública da harmonia em que os nossos poderes estão atuando. É muito importante mostrar à população que estamos unidos. No momento de instabilidade política em que vivemos, é seguro para a população saber que os seus direitos serão garantidos pela Justiça, bem como os seus interesses políticos estão sendo permanentemente atendidos pelo Legislativo do Maranhão", ressaltou.

POSTLINK%%

## **Justiça restabelece relação virtual entre pai e filho**

A 1ª Vara da Família de Imperatriz determinou a imediata retomada da relação virtual entre pai e filho, situação essa que estaria sendo dificultada pela mãe do menino. O pai da criança reside fora do Brasil e, de acordo com o pedido junto à Justiça, a mãe do menino teria bloqueado o contato do pai no celular do menino, para que os dois não conversassem, impedindo a realização de chamadas de áudio e vídeo. A decisão, em caráter de urgência, foi assinada pela juíza titular Ana Beatriz Jorge Maia.

Relata a ação que o homem acusava a mãe da criança de descumprir determinação judicial de convivência familiar, e estava dificultando o contato 'paterno-filial'. De acordo com o autor da ação, o menino começou a apresentar diversas desculpas, como o fato de estar ocupado com os estudos e não ter tempo para atender as chamadas. Ele relata, ainda, que isso nunca havia acontecido e comprovou a situação através de áudios. A decisão observa que a atitude da mãe configura indícios de alienação parental, que será abordada em outra ação.

Na decisão judicial, Ana Beatriz Jorge enfatizou a importância de promover o desenvolvimento saudável e integral do filho em comum. A magistrada entendeu que o distanciamento familiar poderia resultar em consequências imprevisíveis e prejuízos incalculáveis às partes e ao menino. Em caso de eventual descumprimento da decisão, o Judiciário estabeleceu à mãe uma multa de R\$ 10 mil reais.

PANDEMIA - Outro ponto levado em consideração na decisão foi o fato de que a pandemia do Coronavírus trouxe mudanças ao calendário escolar e, por isso, as férias estão com data suspensa ou modificada, o que impossibilita que a criança viaje ao encontro do pai, direito já consolidado em sentença anterior. Frente a isso, a juíza deliberou que o homem tenha livre acesso presencial ao filho quando estiver no Brasil, em qualquer período do ano, desde que não traga qualquer prejuízo à rotina da criança. Para tal, ele deverá notificar a mãe da criança com 48 horas de antecedência.

A decisão esclarece que, na impossibilidade de realização de chamada de áudio ou vídeo por aparelho telefônico, a mãe da criança deverá disponibilizar meio de comunicação semelhante, a exemplo de 'Google Meet', 'Skype' ou 'Zoom'. A magistrada determinou, ainda, que durante o contato virtual não deve haver nenhuma interferência da genitora ou de terceiros para que se possa estabelecer uma completa e efetiva relação entre pai e filho.

CASOS SEMELHANTES - A exemplo do Judiciário em Imperatriz, casos semelhantes já ocorreram em tribunais de outros estados. No Paraná, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná divulgou uma decisão judicial em torno de uma ação que discutia a guarda de um filho, em que a mãe do menino pleiteou a interrupção do convívio presencial entre ele e o pai devido à pandemia da Covid-19 no Paraná e a Justiça garantiu a comunicação entre os dois virtualmente.

Já em São Paulo, a Justiça concedeu a um homem que reside nos Estados Unidos o direito de contato virtual, ao menos duas vezes por semana, com o filho que vive no Brasil. Com apenas três anos de idade, o menino não é capaz de manusear equipamentos eletrônicos, o que torna essa uma incumbência da mãe. De acordo com a decisão, o contato entre pai e filho já ocorria por meio virtual, mas não era satisfatório por causa de divergências entre as partes.



## **O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense será tema de live nesta sexta-feira**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio do Comitê Estadual de Diversidade, promoverá nesta sexta-feira (24), às 10h, a Live "O protagonismo da mulher negra na sociedade maranhense", com a professora Nice Rejane da Silva Oliveira. A live faz parte da programação em alusão ao Dia da Mulher Negra, comemorado no dia 25 de julho.

A live será transmitida pelo canal oficial do TJMA no Instagram (@tjmaoficial) e a mediação será feita pela analista judiciária - bibliotecária, Joseane Cantanhede, membro do Comitê Estadual de Diversidade.

O Comitê de Diversidade - instituído pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo e coordenado pelo juiz Marco Adriano - objetiva assegurar o respeito aos direitos fundamentais aos diversos grupos da sociedade, assegurando-lhes o acesso à Justiça contra qualquer tipo de preconceito e violência, tais como racismo, sexismo, lgbtfofia, etarismo, capacitismo e gordofobia. Além disso, promover a conscientização, no âmbito interno do Poder Judiciário, para a necessidade de respeito à diversidade, visando à erradicação de preconceitos e práticas discriminatórias.

### **SOBRE A PALESTRANTE**

A professora Nice Rejane da Silva Oliveira é mestra em Ensino de História pela Universidade Federal do Tocantins (UFTO), no programa PPGEHIS - PROFHISTÓRIA, e licenciada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Professora da rede estadual de ensino do Estado do Maranhão, atualmente, é coordenadora do Programa de Formação de Professores " Caminhos do Sertão" da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), produtora cultural e presidenta da ASSARTI - Associação Artística de Imperatriz.

A professora Nice Oliveira tem interesse em pesquisas na área do Ensino de História, Imagem, Cinema, História e Cinema, Gênero e Cinema, Memória, Teoria da História e História e Cultura Afro-Brasileira. (Asscom TJMA)

Sindjus-MA alerta TJMA quanto a álcool em gel impróprio para higiene das mãos A diretoria do Sindjus-MA protocolou, nesta quinta-feira (23), requerimento, ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), solicitando o fornecimento, a todas as Comarcas, de material de higiene pessoal, incluindo álcool em gel 70º próprio para uso humano, que atendam às especificações das autoridades sanitárias, visando o combate a Covid-19. A Portaria-Conjunta 342020, publicada em 19 de junho, estabeleceu protocolos mínimos para retomada das atividades presenciais, observando as medidas necessárias para a prevenção do contágio pelo novo coronavírus. Em 14 de julho, foi publicada a Portaria-Conjunta-392020 que alterou a Portaria-Conjunta 342020 que, entre outras medidas, autorizou a suspensão da retomada do atendimento e prática de atos presenciais dos Fóruns e prédios do Poder Judiciário do Estado do Maranhão que ainda não disponham de termômetros digitais para aferição à distância da temperatura das pessoas para ingresso em suas dependências. O requerimento solicita ainda que seja encaminhado Ofício Circular, a todas as Comarcas, esclarecendo que o álcool em gel encaminhado às unidades não deve ser utilizado para higiene pessoal e determinando seu uso apenas para limpeza dos ambientes. O pedido decorre do fato que chegou ao conhecimento do Sindjus-MA que, para algumas comarcas, foi distribuído, como sendo de uso para assepsia pessoal, álcool em gel destinado exclusivamente à limpeza geral, o qual não pode ser utilizado para higiene pessoal, ou seja, limpeza de mãos. Os rótulos desses produtos inclusive advertem que em caso de contato com os olhos e/ou a pele, a região deve ser lavada com água em abundância durante 15 minutos. "É importante que o uso do produto seja revisto, pois alguns servidores que manusearam esse álcool em gel apresentaram reações alérgicas. Além disso, tomou-se conhecimento, também, que várias comarcas, da mesma forma, não dispõem de dispensers para a utilização do produto. Já em outros casos, existem comarcas em que, os servidores que vem trabalhando regular e presencialmente desde o início do plantão extraordinário quotizaram para adquirir o álcool próprio para a limpeza das mãos", destacou o presidente em exercício do Sindjus-MA, George Ferreira. O Sindjus-MA anexou ao requerimento, ofícios (OFC - 1 VCR - 642020 e OFC - 1 VCR - 672020), da Diretora do Fórum de Coroatá; requisição feita pelo presidente da AMMA no processo Digidoc nº 23262/2020 informando que as comarcas de Santa Luzia, Presidente Dutra e Rosário, até o presente momento não receberam os equipamentos de proteção individual e solicitando os kits dos respectivos equipamentos de que trata o § 2º do art 8º da Portaria Conjunta 34/2020- TJ/MA; e também fotos das reações alérgicas a que foram acometidos os servidores que manusearam o álcool impróprio e, também as fotos das embalagens constando que o material é inapropriado para a higiene humana. "Os servidores estão empenhados em não permitir a interrupção da prestação jurisdicional. Contudo, é fundamental que sejam oferecidos os meios adequados de trabalho para atendimento ao público em geral, bem como para a realização de audiências e demais atos presenciais. Essas atividades tornam-se impossíveis de serem realizadas sem que seja fornecido pelo Tribunal de Justiça: máscaras, luvas, face shield, produtos para higiene pessoal, como álcool em gel adequado, e de limpeza geral", disse George Ferreira. A diretoria do Sindjus-MA pede também que seja encaminhada à entidade, planilha contendo a discriminação por Comarca e Unidade Judiciária, da quantidade, especificação (incluindo tipo e marca) e finalidade, bem como a data do fornecimento, dos EPI's, produtos de limpeza e de higiene pessoal fornecidos por esse Tribunal de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 4º, I, da Portaria-Conjunta 342020.